



PEDIDO DE ESCLARECIMENTO Nº 2
TOMADA DE PREÇO Nº 01/2015

Licitante:

Segue em anexo pedido de impugnação do referido Edital.

Resposta da Comissão Permanente de Licitações:

Quanto ao Pedido de Impugnação, datado de 30.11.2015, vimos responder que não aceitamos, devido ao que relataremos a baixo:

- 1) Por sermos uma Instituição de Ensino Técnico, com vários tipos de laboratórios, corredores de interligação, saguões, salas de aulas, microauditórios, auditório, cantina, depósitos e outros, torna complexo o conjunto de prédios onde serão executado os projetos do Plano de Proteção Contra Incêndio – PPCI;
- 2) Na própria fundamentação desta empresa, consta em seu texto o seguinte:
“... . Por outro lado, sendo as condições locais relevantes, poderá a Administração impor a condição de realização da vistoria como dever, cujo não cumprimento acarretará a inabilitação do licitante” (Mendes, Renato Geraldo. *Lei de Licitações e Contratos Anotada*, 8ª Ed., Curitiba, Zênite Editora, 2011.)
Assim sendo, e considerando o que informamos no item 1, é legalmente viável e necessário a participação das empresas na Visita Técnica, a fim de verificarem o que realmente terão pela frente para a efetivação do PPCI;
- 3) Devido a complexidade do conjunto de prédios objeto desta licitação é que não foi dada a possibilidade de substituição do Atestado de Visita por Declaração do Responsável Técnico. (Acórdão 234/2015 – Plenário, TC 014.382/2011-3, relator Ministro Benjamin Zymler, 11.2.2015);
- 4) Quanto a restrição competitiva do certame, isto não é verdade, devendo os interessados obedecerem a legislação vigente e as cláusulas e exigências licitatórias, e o que prova que este fato não restringe a competitividade, é a já efetivação de 05 Visitas Técnicas, sendo que entre estas uma de empresa com sede em outra Unidades Federativas (UF), como é o caso de Santa Catarina – SC e as outras de municípios do Rio Grande do Sul -RS.
- 5) Quanto a:

“A exigência de que a Vistoria Técnica fosse realizada, necessariamente, pelo engenheiro responsável pela execução da obra não guarda correspondência com a legislação que disciplina a matéria. No que diz respeito à designação de data única para a realização de vistoria no local das obras, tal prática deve ser evitada, dada a possibilidade de acarretar prejuízo à formulação das propostas por parte dos interessados.” (TCU. *Decisão monocromática no TC-021.115/2010-9*)

Nada disso condiz com o que foi exigido por nosso edital, já que a Visita Técnica pode ser realizada por qualquer Representante Legal instituído pela empresa, seja por ser proprietário, sócio ou representante por procuração.

Quanto a data de vistoria não foi em momento algum instituído uma única data, e sim, um período que foi da data da publicação até o dia da véspera da licitação, não sendo assim Única Data.

Por tudo acima relatado, é que não Deferimos o Pedido de Impugnação, já que não é verídico a informação por parte desta empresa que:

“Dada a meridiana clareza com que se apresenta a ilegalidade do item apontado, e pelo cotejo da Doutrina e Jurisprudência pátrias, afirmamos que a restrição imposta pelo edital fere de morte o

princípio da competitividade e acabou por compor tratamento desigual a pessoas jurídicas que estão em paridade de condições”

Pois como já foi dito, a exigência se deve pela Complexidade do conjunto de prédios que formam o Campus Pelotas do Instituto Federal Sul-rio-grandense – IFSul, o que é permitido por lei, e pela própria fundamentação utilizada pela empresa.

Assim sendo, dá-se como INDEFERIDO tal solicitação.

Marco Aurélio Berardi Carvalho
Presidente da Comissão Permanente de Licitações